Ambiente, vivências e memórias da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959 – 2006)

Prof. Dr. José Otávio Aguiar - UFCG[1]
Prof. Msc. Hilmaria Xavier - UFPE[2]

RESUMO: Pensar a cidade implica pensar espacialidades, temporalidades e ambientes. O presente texto tem a preocupação de tornar possível um outro olhar sobre como se deu o processo de construção da Favela da Cachoeira de Campina Grande – construção enquanto espaço habitado no ano de 1959, e construção enquanto um lugar de significado por seus moradores e por outros cidadãos. Abordaremos o modo como cotidianamente os agentes sociais da Cachoeira lutavam pela melhoria de sua qualidade de vida, movimento que acabou resultando da remoção no ano de 2006 das cercas de 670 famílias da favela para um espaço projetado para recebe-los: o loteamento Glória, ou, como é mais conhecido, Bairro da Glória. Altera-se o ambiente da cidade e a vida de pessoas. Para realizar nosso trabalho utilizamos entrevistas feitas com ex-moradores da favela, bem como lançamos mão de documentos oficiais e obras de cunho historiográfico.

Palavras-Chaves: Campina Grande, Favela da Cachoeira, Bairro da Glória.

ABSTRACT: Thinking the city implies thinking spatiality, temporality and environments. This text is concerned to make possible another look at how was the process of building the Favela da Cachoeira of Campina Grande - construction as an area inhabited in 1959, and building as a place of significance for its residents and other citizens. We discuss how daily social agents of Cachoeira fought for the improvement of their quality of life, movement that eventually resulted removal in 2006 of the fences of 670 families from the slum to a space designed to receive them: the allotment Gloria, or , as it is known, the Gloria neighborhood. Changes the city environment and people's lives. To carry out our work we used interviews with former residents of the slum, and lay hold of official documents and works of historiographical nature.

Key Words: Campina Grande, Favela da Cachoeira, Bairro da Glória.

INTRODUÇÃO.

> A cidade é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de um domínio e transformação de um espaço social no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre

[1]Pós-Doutor em História, Relações de Poder, Sociedade e Ambiente pela UFPE. Doutorem História e Culturas políticas pela UFMG. Professor de História na UFCG, bem como leciona aulas no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História pela UFCG e de Doutorado no Programa de Recursos Naturais também pela UFCG.
[2]Doutoranda em História pelo PPGH/UFPE e Mestre em História pelo PPGH/UFCG, realiza pesquisas sobre Cidades, Grupos Populares, História Cultural, História Social, Ensino de História e História da América.

> plenamente o sentido da noção do 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do 'humano', (...) cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais.(PENSAVENTO, 2007, p. 15-15)

É esse tecido de relações sociais, do qual nos fala Pesavento, que vamos palmilhar nas páginas que se seguem. O entretecimento que ocupará nossas páginas terá como referência a cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

O recorte do tecido que aqui vai ser entretecido tem a preocupação de tornar possível um outro olhar sobre como se deu o processo de construção da Favela da Cachoeira – construção enquanto um espaço habitado, a partir do ano de 1959[3], e construção enquanto um lugar significado por seus moradores e por outros cidadãos. Passearemos pelas experiências urbanas de alguns populares na cidade de Campina Grande. Contaremos uma história de moradores da Favela da Cachoeira, especialmente o modo como se tornavam possíveis vivências na favela e como se experimentavam essas experiências sensíveis de modo nem sempre harmônico. Abordaremos as estratégias pelas quais, cotidianamente, os agentes sociais da Cachoeira reivindicavam e lutavam pela melhoria de sua qualidade de vida, movimento que acabou resultando na remoção no ano de 2006 das cerca de 670 famílias da comunidade para um espaço projetado para recebê-las: o Loteamento Glória, ou, como é mais conhecido, Bairro da Glória[4].

Pensar a cidade, implica pensar espacialidades e temporalidades, paisagens e memórias[5]. Deste modo, devemos ter em mente que as cidades são produzidas em determinados espaços e tempos históricos em que a dinâmica dos homens em sociedade vai modelando, esquadrinhando seus contornos. No caso de Campina

[3] Antes dessa data o local era inabitado, só havia a pequena queda d'água que originou o nome da favela e a mata nativa.

[4] Oficialmente o lugar não é considerado como bairro, pois as ruas ainda não tem nomes registrados. Elas estão divididas em quadras e lotes. No decorrer do trabalho não nos preocupamos em usar a nominação formal de loteamento. Por vezes usamos o termo bairro, que é mais comum entre os moradores da região. Pensamos que o sentido de bairro atribuído àquele espaço parece com o conceituado por Certeau, quando diz que "um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado". In.:CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre; *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 42.

[5] Ver Teresina Gonçalves, A cidade como palco da urbanidade. In. *Cidade e meio ambiente: estudos interdisciplinares.* Coordenação: Teresinha Maria Gonçalves, Robson dos Santos. Criciúma, SC: ED. Unesc, 2010.

Grande, a cidade no contexto histórico acima apontado, não foge à regra dos problemas de outras cidades grandes e médias do país.

Nossa preocupação, e certamente a de inúmeros outros pesquisadores ao se debruçarem sobre os estudos sobre as cidades, é levar ao leitor, por meio da análise de algumas experiências, o conhecimento de algumas experiências que vem sendo desenvolvidas nos mais variados centros urbanos.

Campina Grande e a demanda imobiliária.

Fundada em meados do século XIX, numa região banhada por uma série de riachos cujas nascentes se encontram em uma região elevada com vegetação de ecótono entre a caatinga e o brejo de altitude conhecida como mata do Louzeiro, Campina Grande viveu dias de opulência nas primeiras cinco décadas do século XX. Tal pujança, tinha lugar, em grande medida, embora, não exclusivamente, em decorrência do comércio de algodão. Chegou a ser chamada de Liverpool do Nordeste. Entretanto, após o declínio dessa atividade econômica, foram outras vertentes de desenvolvimento baseadas no comércio e nos serviços que fizeram da cidade, beneficiária que era de uma favorável posição geográfica, um centro regional como entroncamento de rotas. Situada a uma quase equidistância de Natal e Recife, dista apenas 120 km de João Pessoa. A fundação de universidades públicas, planejadas pelos governos federal e estadual, atraiu à cidade investimentos e serviços. A demanda imobiliária cresceria com rapidez, fazendo de antigas reservas florestais particulares marcadas pela vegetação de ecótono entre o brejo e o semiárido que marca a paisagem da região, o espaço de investimento das grandes empresas nacionais de condomínios privados. A verticalização avançou também vertiginosamente. Dentre outras razões isso tudo ocorria, como de resto também em outras regiões do país, pelo aumento progressivo da violência urbana, uma das co-responsáveis pela mudança de parte das classes média e alta das tradicionais residências, agora invadidas com frequência para assaltos, em direção aos condomínios verticais ou horizontais. Tal transferência de população, tornou-se responsável, como frequentemente ocorre, pela degradação de antigas e promissoras regiões e quarteirões das áreas centrais da cidade, outrora tradicionalmente residenciais. Como frequentemente ocorre moradores de tais condomínios, se sentiam a salvo das ameaças que populações como a da favela da cachoeira poderiam representar em potencialidade.

Favela

Sentimos a necessidade de destacar como as favelas são definidas e caracterizadas atualmente pelos estudiosos que se debruçam sobre a problemática da falta de moradia, da espoliação urbana, da segregação espacial e da periferização das cidades. Encontramos diversas designações atribuídas às favelas, utilizadas pela mídia ou mesmo em alguns textos jornalísticos. Dentre essas denominações encontradas em textos diversos, Arlete Moysés Rodrigues (2003), cita alguns bastante pejorativos, como invasões de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, câncer urbano. O termo favela é definido por algumas instituições oficiais. O IBGE utiliza o termo "aglomerados subnormais" para o conjunto de habitações precárias a partir de 50 domicílios, sem infraestrutura urbana e sem regularização fundiária. Embora seja empregado em muitas pesquisas e seja de grande proveito, essa terminologia possui certa limitação, na medida que se estabelece um número preciso de habitações necessário para constituir um aglomerado subnormal, podendo limitar a representação da realidade.

A despeito da concordância de ideias entre os autores que estudam e analisam as favelas e as ocupações irregulares, na literatura estudada, vale destacar, que a discussão em torno do que se define por favela nem sempre é concordante. Assim, como a produção do espaço não é semelhante em todos os lugares, a caracterização das favelas também não é. Analisando o espaço urbano brasileiro, podemos observar uma variação muito grande de condições e de caracterização dessas áreas.

No caso da favela em questão, a Favela da Cachoeira, sua formação teve um caráter diferenciado. Os sujeitos não ocuparam a área de forma espontânea, pelo contrário, a ocupação foi incentivada pelo governo municipal tentando afastar o problema que os populares migrantes representavam para a elite local. Na nova área aqueles populares tiveram que descobrir a cada dia formas inéditas e criativas de trabalho e de luta, buscando assim remediar suas dificuldades e necessidades num contexto em que não era de forma alguma estável a sociedade campinense.

A Favela da Cachoeira foi considerada pelo senso comum a favela campinense portadora das piores condições habitacionais. Além da falta de saneamento, coleta de lixo, pavimentação e outros serviços básicos, os moradores locais conviviam com problemas como o desabamento de encostas e barreiras. Por mais de quatro décadas, dezenas de casas foram ao chão no período de chuvas, deixando famílias inteiras

desabrigadas. A favela chegou a ter, entre os anos de 1959 e 2006 (datas que marcam respectivamente o início de sua formação espacial e a desconstrução daquele espaço enquanto lugar habitado) cerca de 2.336 habitantes, 670 habitações, sendo 40% delas em situação de risco[6].

Era comum o reclame dos populares por melhores condições de moradia, por uma morada mais digna. Corriam as notícias de casas que caiam em épocas de chuvas, arrastadas por barreiras, que ameaçavam a saúde e a vida das pessoas. Essas notícias, que corriam à boca miúda, nas esquinas dos bairros vizinhos, nas portas da igreja, nos balcões dos mercados e bares próximos à favela, também eram veiculadas pelos jornais locais[7]. Junto com a falta de saneamento básico, de assistência à saúde, também se falava sobre a violência na favela, sobre venda de drogas e outras atividades ilícitas bem como as investidas da polícia no local. Problemas que assolam grandes e médios centros urbanos e acabam por criar um estigma que reproduz conceitos e estereótipos discriminatórios, fomentando representações negativas sobre o espaço e sobre seus habitantes.

Com o passar dos anos, os moradores da cidade, aqueles que moravam dentro e fora da favela, foram criando e refazendo imagens para aquele lugar. Essas imagens variavam entre o lugar de morada de alguns, onde pessoas se sentiam acolhidas, seguras, até o lugar temido, lugar do alheio, do ilegal, onde a marginalidade imperava e devia-se manter um distanciamento do espaço habitado e dos seus habitantes.

Para além das imagens criadas para aquela favela, uma coisa nos parece certa: seus moradores tiveram que desenvolver estratégias para sobreviver naquele lugar insalubre. Foi necessário um tanto de criatividade para desenvolver formas de vivências e estabelecer relações, pacíficas ou não, dentro e fora da favela, afinal, mesmo parecendo marginalizada – entenda-se no sentido de posta à margem da sociedade – a Cachoeira estabelecia ligações com outros setores da cidade.

[6]Números dados pelo Relatório de Trabalho Técnico Social de Reassentamento da População Beneficiária da Favela da Cachoeira, escrito em julho de 2007, disponível na sede da Cehap.

[7] O jornal mais utilizado foi o Diário da Borborema.

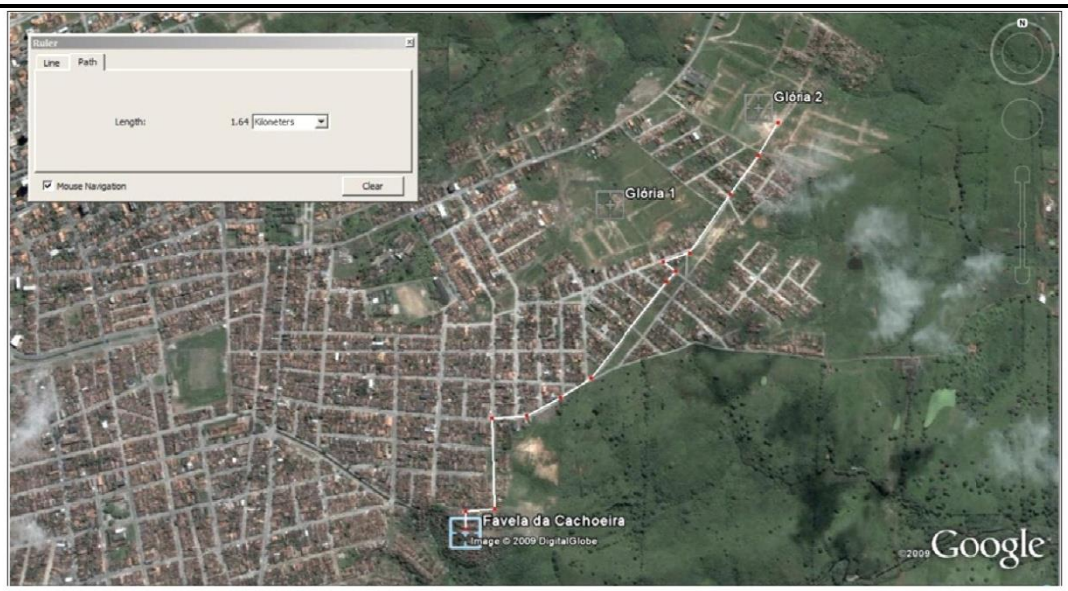

Figura 2. Zona leste da cidade. Em destaque as áreas correspondentes à Favela da Cachoeira e loteamento Glória. (ARAUJO, 2010)

No novo bairro outras vivências e experiências tornam-se possíveis. A cidade foi reconfigurada em sua cartografia. Os atores sociais circulam e estabelecem suas práticas cotidianas de outro modo, com outra criatividade, adaptando-se a uma nova forma de viver, não mais subindo e descendo ladeiras e escadas, mas tendo o mínimo de estabilidade em sua nova caminhada, mas partindo sempre de seu referencial cultural.

Lugar habitado, ambiente e produção de sentidos.

Durante a gestão do então prefeito Severino Cabral[8], as ruas do entorno do Açude Velho, cujas casas pertenciam à parte da elite campinense – que já havia sido retirada do centro da cidade graças à reforma urbanística de Vergniaud Wanderley na década de 1940, foram ocupadas por pessoas que imigravam da zona rural da Paraíba para Campina Grande em busca fugir da seca que assolava a região e de obter uma melhoria na qualidade de vida.

No entanto, essa crescente onda de migração e a aglomeração de pessoas naquele local não demorou a causar incômodos às famílias abastadas que residiam nas imediações do local invadido. Sentindo-se ameaçada pelos populares que ali se estabeleciam, desenvolviam suas manifestações culturais e punham em prática um

[8] Gestão que durou de 1959 a 1963.

modus vivendi contrário à ética e aos padrões da elite campinense, essa mesma elite começou a pressionar às autoridades públicas para que algo fosse feito.

Tendo em jogo os poderes e as influências que eram peculiares a sua condição, o prefeito Severino Cabral desalojou os invasores daquela área cedendo para eles um terreno situado entre os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo, varrendo aquelas pessoas do centro da cidade. O então prefeito estava tão empenhado em "solucionar" aquele caso, que além de ceder terreno aos "sem teto", ainda ofereceu-lhes materiais de construção, como caibros, taipas e forquilhas, para que eles improvisassem pequenas moradias[9], incentivando assim sua permanência na nova área e garantindo que eles não voltassem a "pisar nos calos" da elite coligada. Estava assim marginalizando aquelas pessoas, mas não desagradando os interesses da elite local. O que o prefeito Severino Cabral fez foi "resolver um problema" criando outro, abrindo fronteiras de expansão urbana para o informal.

O que aconteceu é que aquela área também foi usada como artifício político. Quem procurasse a prefeitura em busca de um lugar para morar tinha aquela região indicada. Assim, a área chamada de Cachoeira, em função de uma pequena queda d'água onde desaguava o antigo Riacho das Piabas, foi rapidamente ocupada e expandida.

Cada um dos nossos depoentes dá sua versão sobre a chegada àquele local. Dona Macária lembra, com seus 95 anos, impressões de um novo lugar. Aquela senhorinha nasceu em Campina Grande, e antes de morar na Cachoeira, vivia numa barraca no bairro de José Pinheiro. Após a morte do marido, ela e seus sete filhos, sendo que um desses ela contava na barriga, foi pedir a ajuda do prefeito "pai dos pobres". Sendo atendida, construiu sua casa de taipa com a ajuda dos vizinhos.

> "Foi aquele menino, Severino Cabral. Deu aos pobres todos. *O meu foi um ranchinho lá embaixo, no pé da ladeira. Quando eu cheguei, os outros chegaram, era um matão, foi tudo derrubando os matos pra fazer as*

[9] A legalidade desta ação do prefeito Severino Cabral pode ser questionável, tendo em vista que a população não recebeu outros amparos necessários, relacionados à saúde, saneamento básico ou cuidados urbanos na área da Cachoeira, no início de seu mandato. No entanto, em 31 de dezembro de 1959 ele lança a lei de nº 135 que autoriza a Fundação Municipal da Casa Popular. De acordo com a lei, e fundação tinha por finalidade construir ou adquirir residências do tipo popular na zona urbana ou rural de Campina Grande para venda ou locação à trabalhadores. O critério para o cidadão receber o benefício seria ter no mínimo 5 pessoas sob sua dependência, ter renda mensal inferior a dois salários mínimos e não ter moradia própria. Não conseguimos encontrar outras fontes que indicassem se a lei foi executada com sucesso. Ver Semanário Oficial, de 07 de maio de 1960, ano IV, nº 213, disponível no acervo do arquivo do Museu Histórico de Campina Grande.

> *casinhas.* O povo todinho que não tinha casa nem podia pagar aluguel ele deu terra lá. Deu telha, deu tudo, a gente foi pra lá. Era muito bonito. *A gente foi fazer a casa lá, de madeira, de barro, ia enchendo. Tinha gente que forrava de plástico. Com qualquer coisa fazia o rancho*". (grifos nossos)

Uma colocação de Dona Macária que nos chamou atenção foi "*era um matão, foi tudo derrubando os matos pra fazer as casinhas*". Esse movimento de limpar a área, capinar, para então erguer a casa, foi um movimento feito pelos futuros moradores, não pela prefeitura. Percebemos que não houve cuidados mínimos com o saneamento e a instalação de elementos urbanos por mais simples que fossem. As casas iam sendo construídas precariamente, inclusive com plásticos ("*Tinha gente que forrava de plástico.* (...) *Com qualquer coisa fazia o rancho*"). Isso corrobora a hipótese de que aquelas pessoas foram alojadas ali e jogadas à própria sorte para habitar um espaço que era muito mais natural (no sentido da topografia, pelas encostas, pela cachoeira e pela vegetação) que urbano, mesmo se localizando entre bairros que já contavam com infraestrutura melhor organizada.

Assim, abrindo espaço, limpando a paisagem das portas e janelas da elite, a administração municipal tira da cena principal aqueles migrantes e moradores de ruas. São indicados a habitar a área da Cachoeira, lugar até então sem nome, até então impraticado ao qual foram atribuídos sentidos diversos ao longo do tempo.

É importante atentar para o fato de que neste primeiro momento de ocupação da Cachoeira, o lugar ainda não era visto como favela, apenas como periferia. Os seus primeiros habitantes ainda não tinham criado para si ou aceitado seu lugar de morada enquanto favela. A invenção deste espaço periférico enquanto favela só veio ser dada à perceber a partir da crise de moradia que assolou a cidade, considerada de porte médio, a partir da década de 1970.

Para que possamos entender como e quando começam a surgir as favelas em Campina Grande, faz-se necessário compreendermos o seu processo de urbanização, levando-se em consideração os períodos de expansão do núcleo urbano.

Cada período histórico constitui particularidades que são expressas nas formas, nas estruturas e nas funções exercidas por determinada cidade. Sabe-se, também, que cada cidade é produzida a partir de intencionalidades que partem de fenômenos direcionados da escala global, como também de forças produzidas localmente. Assim, o espaço urbano que mais nos interessa como ponto de partida se localiza no final da década de 1950, quando começa o processo de formação da Favela da Cachoeira.

Campina Grande, assim como outras cidades brasileiras, compreendeu uma camada pobre da população no seu espaço urbano, à medida que este começou a se urbanizar, a partir da década de 1940. A urbanização se deu nesta cidade especialmente com a chegada do sistema de abastecimento de água, de energia, de esgoto, bem como, com a concentração de serviços, públicos e privados, que, por conseguinte, acarretaram um adensamento populacional. Partindo do pressuposto de que o processo é o permanente devir, então, o propósito de entender a periferização em Campina Grande, assim como estudar o espaço urbano é um grande desafio, na medida em que constituem processos em movimentos.

A parir do final da década de 1940 e início de 1950, Campina Grande passa por uma significativa urbanização e expansão, favorecida pelo crescimento econômico e populacional, o qual deu-se, sobretudo, por causa da produção do algodão em larga escala. O aumento desta produção no interior paraibano atraiu capital para a cidade, que passou a ser implementado na construção das primeiras indústrias; na disponibilização dos serviços como cinemas, colégios, luz elétrica, abastecimento de água e esgoto e na implantação da linha férrea na cidade. Todos estes aparatos técnicos vão promover uma maior dilatação da cidade para além do centro tradicional.

Assim, estabelece-se uma diferenciação urbana entre centro e periferia, a qual passa a se constituir a partir dos subúrbios. A área central transforma-se em uma paisagem com ares mais modernos. Desse modo, o centro começa a se tornar uma área valorizada e destinada ao comércio e à elite da cidade. Em contrapartida, tem-se a ocupação de novas áreas destinadas às pessoas retiradas do centro e aos migrantes de outras cidades. A população pobre começava a ocupar os bairros periféricos que iam surgindo. Assim, foram se formando bairros finos e bairros baixos, bairros comerciais, de trabalhadores morigerados, de homens de bem e bairros ambíguos, suspeitos (Sousa, 2006: 121).

Deste modo, como no restante do país, o início da favelização em Campina Grande está associado ao crescimento populacional e ao êxodo rural em direção aos centros urbanos provocado pela busca da melhoria de vida e pela ausência de uma política agrária. Assim, segundo Lúcio Kowarick (1978) , que estudando as condições de pobreza e favelização da cidade de São Paulo nos apontou a possibilidade de ler a nossa cidade na mesma perspectiva, para boa parte população migrante a favelização foi um expediente necessário para sobreviver na cidade.

No caso da favela em questão, a Favela da Cachoeira, sua formação teve um

caráter diferenciado. Os sujeitos não ocuparam a área de forma espontânea, pelo contrário, a ocupação foi incentivada pelo governo municipal tentando afastar o problema que os populares migrantes representavam para a elite local. Na nova área aqueles populares tiveram que descobrir a cada dia formas inéditas e criativas de trabalho e de luta, buscando assim remediar suas dificuldades e necessidades num contexto em que não era de forma alguma estável a sociedade campinense.

Campina Grande nas décadas de 1970 e 1980 teve impulso demográfico tão grande quanto o observado entre 1940 e 1950. A cidade passou a ser considerada de porte médio e a crise de moradia passou a ser vista como fruto desse processo. No fim da década de 1970 seu espaço viário urbano também sofreu alterações, algumas ruas foram alargadas, enquanto outras ruas foram fechadas ao trânsito, formando assim os calçadões. Observamos que assim que a preocupação com elementos modernos, de beleza estética e aspecto funcional, estava presente na ordem das preocupações dos administradores. Até mesmo a Igreja Matriz passou por essa reforma estética[10].

Ao longo dos anos, as administrações municipais que se sucederam, planejavam uma reforma urbana para a área da Cachoeira. Em 1973, por exemplo, a administração do interventor Luiz Motta Filho, lançou o projeto do Plano de Desenvolvimento Local Integrado[11], o PDLI, e dentre as medidas estavam a planificação e processo de urbanização da favela, com a infraestrutura necessária à higiene e mínimas condições de saneamento básico na área. Ruas seriam abertas, o terreno seria planificado, áreas de lazer seriam construídas, e a promessa era de que a Cachoeira fosse totalmente reformada e urbanizada. A imagem que o suplemento do jornal Diário da Borborema, de janeiro de 1973, traz ao público de como seria a favela depois do Plano de desenvolvimento seria a exposta a seguir.

[10] Ver FERNANDES, Silvana Torquato. Progresso e modernização em Campina Grande: Da época de ouro do algodão até a consolidação do setor educacional. In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCG, 2010.

[11] Encontra-se mais detalhes no Suplemento "Campina Hoje: Trabalho, entusiasmo e ação", publicado no Diário da Borborema de 31/01/ 1973, disponível no arquivo do Museu Histórico de nossa cidade.

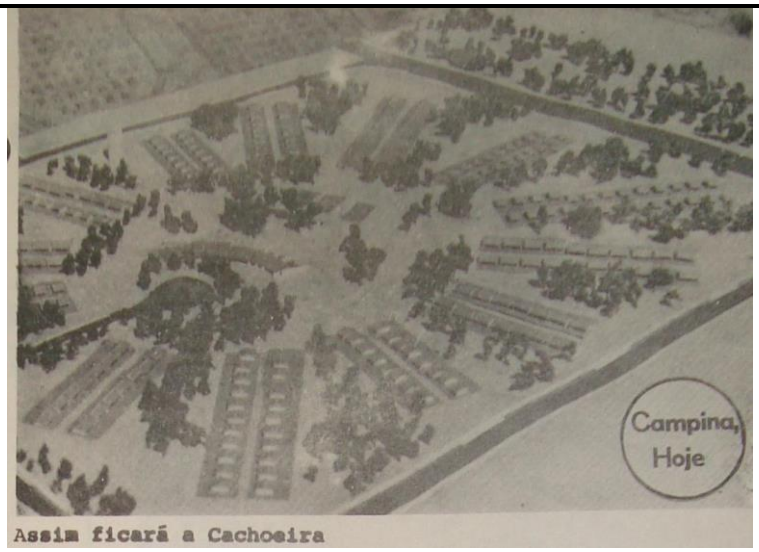

Figura 3. Plano de reforma urbana para a área da Favela da Cachoeira, na Administração do interventor Luiz Motta Filho, em 1973. Imagem do suplemento do jornal Diário da Borborema.

O plano feito não chegou a concretizar-se. O que se observou foi a crescente e constante ocupação da área e marginalização dos indivíduos, o aumento da violência no lugar, usado por bandidos e traficantes que se refugiavam lá depois de atividades ilícitas, já que o acesso a determinadas áreas da favela era difícil à abordagem policial.

Os habitantes da Cachoeira viviam durante todos esses anos sob condições de sanitarismo precárias e ainda carregavam o estigma de favelados, marginais, assaltantes, vagabundos. Aquela favela podia ser considerada como um caldeirão de práticas culturais populares que se construíam e se moldavam de acordo com as necessidades e os interesses de seus moradores. De acordo com as burlas necessárias para se viver sob aquelas condições e para se manter nas relações de poder construídas dentro e fora dela.

Neste contexto de marginalidade social, aos moradores da Cachoeira fora colocado pelas "autoridades competentes" (leia-se urbanistas, sanitaristas, responsáveis pela segurança pública e indicadores sociais no que tange à economia e qualidade de vida, e mesmo a própria imprensa), que o lugar tão verde, tão bonito,com tanta água e outrora aprazível, como era a região para Dona Floripa (*Não é por isso que eu achava que era bom! A natureza ali!*), era nomeado então como favela. Essa aceitação ou tomada de consciência de que seu lugar era uma favela, portanto eles eram favelados, é colocada na fala de Elenilda como algo dado pela imprensa. Ela nos conta a partir de sua vivência, pelos idos da década de 1970:

> "Pelo menos assim, no meu caso, eu vou falar da minha infância né, *na minha infância a gente não se sentia não... se sentia como um pobre comum que morava num bairro carente*, ta entendendo? A discriminação veio haver quando os tempos foram passando, já depois né. *Antes, na infância, como a gente não tinha tantos meios de comunicação, ta entendendo, as coisas eram nor*mais. Agora depois que foram aparecendo os meios de comunicação, como jornal, televisão, porque antes o meio de comunicação que a gente tinha era o correio, ali ninguém tinha uma televisão, era raro ter naquele tempo, tinha só o rádio mesmo, o radinho de pilha, *aí quando foi chegando os meios de comunicação, que as coisas foram evoluindo mais, aí a gente sentiu na pele, aí foi onde a gente chegou a ser favela. Foi como se tivesse caído a ficha*, depois que começaram a dizer da situação de lá, que a gente via os morros do Rio de Janeiro a gente foi vendo a situação daqui, foi comparando. *Tinhas umas coisas parecidas, assim, ladeira, morro, aí a gente mesmo se igualava a eles. Lá tem uma favela e é parecido, aqui também tem favela. E a violência aumentou né, que antes também não tinha, isso era coisa muito difícil, na minha infância era muito difícil*. Lá não tinha essas coisas de bala perdia, não tinha perigo do carro pegar até porque não tinha como, que não descia carro lá. Depois ficou muito difícil essa coisa de discriminação também. (grifos nossos)



Figura 4. Nesta imagem a representação do lugar de Dona Floripa: a natureza, o verde, o córrego, "*A natureza ali!*". Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

A Cachoeira dos primeiros ocupantes, que outrora tinha uma paisagem predominantemente natural, cujas alterações não passavam das poucas casas de taipa e de caminhos pelo mato abertos com foice, passou a ter algumas modificações. Elementos do moderno, e formas de organização necessárias para se viver na favela foram criadas pelos moradores com o auxílio da Igreja Católica e da Sociedade de Amigos de Bairro do bairro de José Pinheiro e com a intervenção de estagiários do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

Segundo José Alves de Sousa (1990), as investidas dos moradores, da igreja, da SAB e da UEPB, propiciaram no ano de 1984 "a primeira forma de organização

popular da comunidade": o Clube de Mães. A organização popular da comunidade cresceu ainda mais ao somar os esforços do Clube de Mães com a Associação dos Moradores da Comunidade, fundada em 1985. A associação dos moradores reivindicara à prefeitura municipal melhoramentos das vias de acesso à Cachoeira, para melhor locomoção dos moradores da área em virtude do grande declive de sua topografia. Assim, foram construídas duas escadarias nas ruas de principal acesso aos bairros de Monte Castelo e José Pinheiro, a João Miguel da Costa e a Militão Marques.

Na segunda administração do então prefeito Cássio Cunha Lima, em fins da década de 1990, houve um projeto de revitalização da área, que consistiu em transformar todas as casas que eram de barro ou taipa em casas de alvenaria. Segundo nos contam os entrevistados, o prefeito parecia empenhado em ajudar os moradores. O que deveria ser entendido como atribuição das atividades e obrigações legais de qualquer administrador público aparentemente se confundia com uma causa de interesse pessoal, filantropia. Talvez estratégia política para angariar votos. Em todo caso, o carisma e as palavras do prefeito, que dizia ter o desejo de remover as pessoas daquele local e só não o fazia pelos parcos recursos da prefeitura, reformou as casas dos populares. O senhor Severino Nunes, o Bino, nos relata:

> pra começar ele disse "eu não posso tirar vocês que eu não sou governador, mas posso fazer o seguinte, fazer as casas". As casas da gente não era de barro? Ele fez de tijolo. Ele deu material, deu trabalhador pra ajeitar as casas da gente, quando a gente saiu de lá a casa já era de tijolo. Fez a melhoria dando material e mão de obra lá, tudo, tudo, tudo, deixou prontinho lá. Todas. Foi uma maravilha que Cássio fez.

Entretanto, parece que aquela maravilha relatada pelo senhor Severino Nunes não foi entendida assim por outros moradores. O senhor José Leonardo nos diz que houve falhas na construção das casas que comprometiam inclusive a sua estrutura, esta denúncia é feita com a propriedade de quem trabalhou durante a maior parte da vida na construção civil. No entanto, como o prefeito era muito bem quisto por todos, a culpa do serviço mal feito recaía apenas sobre a construtora, nunca era dividida com o administrador municipal.

> E Cássio foi o único prefeito e governo que trabalhou mais pela gente. Ele mandou fazer as casas de alvenaria lá, mas a empresa não trabalhou como devia. Eu digo porque eu tava lá e sei. Eles marcavam o chão, botava uma cavadinha de terra, bem rasinha e construía. Não tinha quem segurasse. Tinha vez que a casa descia retinha. Por que? Era construída em cima da terra. Era serviço perdido. Aí no ano seguinte veio um engenheiro do Rio de

> Janeiro, aí ele disse que não tinha condição de fazer mais nada ali, não tinha como melhorar.



Figura 5. Nesta imagem, visão parcial da parte superior da favela, percebemos a revitalização das casas feitas pela prefeitura, outrora de taipa, agora de alvenaria.Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

Segundo consta, essa foi a última tentativa de urbanização naquela área.

Alguns ex-moradores da favela foram entrevistados e nos falaram sobre a infraestrutura do lugar e de suas casas. Em geral os cômodos dessa casa eram a sala, uma pequena cozinha e dois quartos, sendo uma para o casal outro para quatro filhos. Banheiro era considerado artigo de luxo para as pessoas da favela. A maioria das casas não tinha a estrutura de banheiro, chuveiro ou vaso sanitário. Assim os moradores precisavam desenvolver meios de fazer o asseio pessoal e livrar-se de seus dejetos. Com um tom de humor, e talvez o bom humor fosse uma das saídas para viver num ambiente sob aquelas condições, o Sr. Severino Nunes, ou Bino, como prefere ser chamado, nos conta da estrutura do lugar e da técnica que utilizavam:

> Não tinha esgoto, não tinha banheiro, nós cagava lá no fundo do quintal enrolado no lençol. Quem passava em cima da barreira via. Como não tinha banheiro, pros vizinhos não vê, a gente se enrolava num pano, mas de cima da barreira via. Ou senão cagava numa bolsa de plástico e fazia um pombo. Botava na bolsa e jogava na água. Quando se enrolava parecia um fantasma no meio da noite. O jeito as vezes era fazer o pombo sem asa. Não era engraçado? Cagar dentro de uma bolsa, amarrar e jogar fora? Era só jogar no canal, era mesmo que queijo, olhe, buf. Depois eu fiz um banheirinho de taipa.



Figura 6. Fotografia representando o banheiro construído por alguns moradores. Em geral, eram feitos fora da casa, numa espécie de anexo. Os materiais que utilizavam na construção eram diversos: barro, madeira, plástico, lata, lonas, papelão, telhas. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

Jogar dejetos e lixo no canal parecia a solução encontrada por muitos, no entanto, em épocas de chuva o transtorno aumentava. Além das águas arrastarem a terra fofa das barreiras do morro, o nível das águas do canal subia em virtude dos entupimentos causados pelo lixo. Tudo isso ameaçava a saúde e a moradia das pessoas.

Aqui temos duas questões muito sérias que dizem respeito ao direito do cidadão viver em cidades: a questão do direito à habitação e ao saneamento básico de qualidade. Em junho de 1987, em Recife, o Seminário de Processos Urbanos e Meio Ambiente, que reuniu autoridades políticas e intelectuais de instituições de todo o país para pensar as questões urbanas brasileiras, assegurou em seu documento final em forma de lei que "o direito à habitação, digna, de dimensões adequadas, deverá ser garantido pelos poderes públicos, de acordo com o interesse social" e ainda que "o lixo deverá ter um tratamento que vise atender todo o ciclo: coleta, reciclagem, destinação final"[12]. Percebendo as condições de moradia na Favela da Cachoeira, lamentamos o fato de que a lei não se cumpriu com eficácia, pelo menos naquele espaço específico, onde as casas de taipa ameaçavam cair em épocas de chuvas e onde os dejetos humanos e o lixo produzido eram jogados em sacolas por sobre os telhados alheios.

Percebemos que a falta de investimentos e melhorias do saneamento da área da favela por parte dos poderes públicos acabava por contribuir para a degradação do meio ambiente urbano. Nos diz Angelita:

[12]Legislação do uso do solo e meio ambiente urbano. Seminário Processos Urbanos e Meio Ambiente, Recife, 8 a 12 de junho de 1987. Recife, SUDENE – DPG – PSU – PCDU, promovido pela SUDENE; MDU; SEMA.

> Ah mulher, era uma agonia pra todo mundo. Todo mundo sofria. Eu morava perto de uma barreira. Descia aquele bolo d'água, com aquele mau cheiro, muita sujeira, muitos insetos, minha menina tinha problema de garganta, o outro de asma. Quando vinha aquele bolo d'água adoecia tudinho. Botava pra morrer.



Figura 7. Fotografia mostrando esgoto a céu aberto a poucos metros das casas, o que gerava ricos à saúde dos moradores. Fotos do acervo pessoal de José Martins.

Em tempos de chuva as pessoas tinham que encontrar meios de se proteger. As redes de sociabilidades entre vizinhos ganhavam um outro realce. Segundo Bino

> Os vizinhos não se ajudava mais porque não tinha como, já tava todo mundo necessitado. As casas eram tudo igual. O que a gente fazia era ir uma pra casa do outro quando dizia "lá vem o temporal". Olhe, desceu uma casa em pé no tempo da chuva. Tinha gente dentro da casa, mas deu tempo salvar, deu tempo o povo correr e tirar de tempo. Desceu um pé de manga grande, na porta do meu vizinho que não matou a família porque Deus botou a mão em cima, porque quando tirou a família de tempo, a casa emborcou. A minha casa pra sustentar a gente amarrou a minha linha na linha da casa do meu vizinho pra ficar mais segura.

As marcas dos estragos originados pela falta de infraestrutura, não foram esquecidas por elas. Juciléia da Silva conta:

> Pra mim o que marcou mais foi quando a barreira caiu. Caiu no beco de mãe e ia derrubando a parede da cozinha. E a gente dormia na cozinha. A gente já tinha de 12 pra 10 anos. A barreira caiu no beco de mãe, imprensou na parede que dava na cozinha. A gente acordou e pensou que ia cair a casa toda. Pronto. Chovendo.

Segundo José Martins, em conversa informal antes da entrevista realizada, as

pessoas ficavam atentas aos riscos quando a chuva começava a cair. Além do mais, segundo nosso colaborador "*a casa de madeira avisava quando ia cair, a madeira estalava, aí todo mundo sabia que era hora de sair com os troços*". Provavelmente essa era a técnica utilizada pela família de Daniela e Juciléia.

Quando perguntados se foram felizes morando na favela, José Leonardo e Elenilda Francisca respondem:

> Sim, foi um lugar que acolheu a gente quando a gente chegou lá até a nossa saída. Teve muito transtorno lá, mas... o transtorno maior era a chuva, o resto a gente ia ajeitando. Ruim era ver chover, a gente correr pra tirar os troços dos vizinhos, e ver a casa indo embora de ladeira abaixo, dava aquela coisa que a gente só pensava nas casas da gente.

A partir das falas dos ex-moradores da favela da Cachoeira, podemos perceber que aquelas pessoas forjaram maneiras próprias de viver em favela e consequentemente construíram uma imagem de Cachoeira que enunciam e anunciam ao longo do tempo. Os instrumentos utilizados para tanto perpassam astúcias, silêncios, falas intencionadas, criatividade, burlas, apropriações do espaço. Por meio daquelas vozes podemos perceber como a degradação, o descaso público, o abandono e a decadência de um espaço urbano ao longo do tempo marcou memórias coletivas e redefiniu identidades no espaço social.

Concordamos com as palavras de Gisafran Nazareno Mota Jucá, quando ele diz que "a dor da existência de personagens comuns, constantes nos relatos apresentados, faz-nos entender o peso da paisagem urbana revelada pelas narrativas dos envolvidos no seu cenário" (JUCA, 2011).

O que possivelmente tornou aquela favela habitável, não foi seu potencial utilitário ou técnico, mas sim o cruzamento entre acolhimento e estranheza, entre o que foi dado e o que é possível, entre o atingível e o inatingível. Tudo isto dado a ler pela fala dos seus outrora habitantes, que fizeram da Cachoeira um espaço de invenção, cujas dimensões reais se misturam às simbólicas. Dimensão palpável e material misturada à dimensão sensorial, poética e invisível, como a de cidade de Calvino (1990). Deste modo, recordamos Certeau (2011) quando diz da grande capacidade que pessoas comuns tem de "inventarem" seu cotidiano com as "artes de fazer", formas astutas de criar resistências à códigos sociais e de apropriar-se de espaços. Assim, o gesto de narrar suas experiências na cidade, narrar aquilo que lhe foi conhecido, refaz, reconstrói, restaura o território onde se desdobrou as "artes de fazer" daqueles "homens ordinários".

Sobre a mudança da favela e a vivência em outro ambiente.

A favela, naquele momento, se caracterizava por ter um universo de 2.336 moradores, sendo que 78,8% dessas pessoas tinham entre 22 e 59 anos, a porcentagem de idosos era de 13,3% e 9,1% de portadores de necessidades especiais. A maioria das famílias eram chefiadas por mulheres e 54,9% delas sobreviviam com uma renda de um salário mínimo por mês. As outras famílias sobreviviam com renda abaixo da média de um salário. Vale salientar ainda que 33% dos chefes de família da favela às vésperas de sua relocação eram analfabetos[13].

Essas pessoas tiveram seus referenciais de moradia e habitação modificados no dia 05 de outubro de 2006, quando se deu o início das realocações daquelas famílias para o conjunto habitacional Glória. Tal conjunto foi construído com verbas do Governo Federal e Estadual em parceria com a Companhia Estadual de Habitação Popular, através do programa Pró-moradia.

Antes de atentarmos para as falas dos moradores da favela sobre como se deram as mudanças sob sua ótica e narrativa, se faz necessário uma breve discussão sobre os programas estaduais e federais de fomento à construção de loteamentos e casas populares para entendermos como se deu esse processo administrativo estatal em nossa cidade.

Em 2003 houve a criação do Ministério das Cidades, assim composto: Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. Dessa forma, com estas secretarias integradas, as ferramentas necessárias à produção da cidade, centralizadas nesse ministério, torna-se possível pensar uma política para a cidade como um todo, reconhecendo-se que a crise habitacional não é um problema de construção de casas, e que o déficit habitacional não é o mesmo que falta de casa, e sim o reflexo de uma crise no modelo de produção das nossas cidades.

O fato é que enquanto governador do Estado, em parceria com o governo Federal, o governo Cunha Lima executou o Programa de Atendimento Habitacional através do Setor Público, ou simplesmente PRÓ-MORADIA, para realizar o projeto de

[13] Dados da Cehap, contidos no Relatório de Trabalho Técnico Social de Reassentamento da População Beneficiária da Favela da Cachoeira, escrito em julho de 2007, disponível na cede da Cehap.

remoção das 670 famílias da Favela da Cachoeira. O Pró-moradia é tido como um dos mais importantes dos programas financiados com recurso do FGTS.

Do processo de financiamento de habitação, por meio do PRÓ-MORADIA, participam diretamente o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal. O Ministério das Cidades, no papel de Gestor da Aplicação, regulamentando o programa de acordo com o que estabelece o Conselho Curador do FGTS, e, posteriormente, acompanhando e avaliando o programa. A Caixa Econômica Federal atua como Agente Operador do FGTS, contratando em nome deste as operações de empréstimos com os Agentes Financeiros pré-aprovados para participarem do programa. Estes, por sua vez, são responsáveis por contratar operações de empréstimos com a Caixa Econômica e operações de financiamento com os mutuários. Os mutuários deste programa são os estados, o Distrito Federal, os municípios ou órgãos dessas administrações, que são responsáveis por contratar operações de financiamento e executar as obras e serviços propostos, além de arregimentar os beneficiários, por meio de inscrição com divulgação pública do programa, restando aos beneficiários finais – as famílias que receberão o serviço – apropriarem-se das habitações e dos serviços realizados[14].

O que a memória dos depoentes indica e suas falam registram é que a implantação do programa que culminou com a mudança para o loteamento Glória não foi algo dado pelo governo sem que antes houvesse anos de reivindicações e reclames dos moradores da Cachoeira. Segundo contam, eles foram agentes diretos e participativos nas petições até que o benefício fosse alcançado. O Senhor Pedro José diz que "*Isso não foi favor que o governo fez. Era obrigação dele*". Dona Angelita nos diz de sua participação:

> A luta foi da gente, político nenhum, foi a gente. Nós que se ajuntemos, fizemos campanha. A gente foi quem lutou. Oxente, a gente vivia ali nas reuniões com o povo da Cehap. Esse povo trabalhava pra Cássio.A gente lutou demais, mulher. A gente assistia reunião na Sab de Monte Castelo, perto da lavanderia. Era direto cobrando. Mas até podia ter saído. O governador sempre dizia "quando eu sair de prefeito pra governador eu vou dar uma moradia melhor pra vocês, porque a gente sabe que esse setor que vocês moram não é setor de se morar". A gente tinha essa fé que ele sempre dizia, mas a gente lutou demais. Batalhamos, filha, eu lutei que nem uma condenada pra sair dali. Eu gritava demais nas reuniões.

[14] Ver mais em ARAÚJO, Mateus Augusto. *A política nacional de habitação e a produção do espaço urbano: o conjunto Glória em Campina Grande – PB.* Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2010.



Figura 10. Fotografia representando as passeatas organizadas pela comunidade, no início dos anos 2000. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

As reivindicações em forma de passeatas e de reuniões eram organizadas pela Associação dos Moradores da Cachoeira, juntamente com o Clube de Mães. Aquelas pessoas formaram uma comissão, responsável por mediar os interesses dos moradores e os interesses do governo. Segundo o relato dos envolvidos na associação de moradores, a intensificação dos reclames ao governo do Estado se deu a partir do ano 2000. Talvez não por acaso. Naquele mesmo ano, mais precisamente no dia 17 de fevereiro de 2000, o então prefeito Cunha Lima mobilizou a Defesa Civil e decretou estado de emergência na área do município de Campina Grande considerando as fortes chuvas que intempestivamente assolaram o município e a possibilidade de sua continuidade[15].

E o estado de vigilância sobre as áreas de risco da Favela da Cachoeira seguiu-se pelos anos seguintes. Os dados da Defesa Civil apontam que apenas entre os anos de 2004 e 2006 foram registradas na defesa civil 381 ocorrências, sendo 352 por risco de desmoronamento, 24 por desmoronamentos parciais e 5 por desmoronamentos totais[16].

Todos esses números são mais um sinalizador da necessidade que as pessoas tinham de sair daquela área de risco e terem habitações seguras em outro espaço da cidade. As reivindicações, especialmente na mídia, iam se intensificando. Quando finalmente o governo estadual na administração de Cássio Cunha Lima deu início às

[15] Ver Decreto 2791ª, contido no Relatório de Ocorrências de Chuvas em Campina Grande no período de fevereiro a agosto de 2000, do acervo documental da Defesa Civil do município de Campina Grande.
[16] Dados fornecidos pela coordenação da Defesa Civil em Campina Grande.

negociações, foi chegada a hora de pensar em conjunto com os moradores para onde as famílias seriam removidas. De acordo com os moradores, o governo havia dado opção de terrenos em bairros distantes, o que foi prontamente negado pela associação. José Leonardo nos conta:

> Na época que vieram com a proposta de tirar a gente de lá, eles foram juntando de cada rua três ou quatro pessoas, aí se reunia todo mundo pra resolver isso. Aí esse grupo saía pra ir vendo os terrenos pra onde iam levar a gente. Aí viram terreno pro lado do Tavarez, do Mutirão, perto do Spazzio, da Vila Castelo Branco. Mas nesses cantos ninguém quis, era pior do que onde a gente tava. No mutirão tinha terreno lá mas ninguém quis porque era muito longe. Aí não gostaram porque ficava longe de tudo, longe do centro, longe da feira, longe do trabalho, longe disso, longe daquilo e ninguém não quis. Passou-se. Quando eles trouxeram a gente pra esse terreno aqui aí a gente disse "pronto, é aqui onde a gente vai ficar". Cássio veio, anunciou a gente, só que nesse período tinha um representante dele né, que foi quem levou a gente pra ver os terrenos. Os outros ninguém queria. Quando chegou nesse aqui que todo mundo viu, a gente disse "é aqui que a gente vai ficar". Aí todo mundo aprovou. Todo mundo adorou o terreno porque era perto de tudo.



Figura 12. Fotografia representando a visita dos representantes do governo do estado e dos moradores da Favela da Cachoeira ao terreno escolhido para a construção do loteamento Glória. Fotografia do acervo da Cehap.

A negação dos moradores da cachoeira em mudarem para um lugar distante da favela estava de acordo com o que é estabelecido pelo Plano Nacional de Habitação, que prevê a prioridade de relocar os moradores de favelas para áreas próximas de sua antiga residência, para não distanciá-los das atividades que eram desenvolvidas antes da relocação. De outro modo, as pessoas que trabalhassem próximo a favela teriam que utilizar algum tipo de transporte para se deslocar ao trabalho, o que geraria ônus à sua renda mensal. Além do mais deve ser preservado o

acesso ao meio social frequentado por aquelas pessoas, como igrejas, parques e praças por exemplo.

As obras estavam abertas à visitação das pessoas, e José Leonardo diz que "*a gente ia lá quase toda semana pra ver a obra*". O loteamento Glória estava sendo construído. A partir dali, mudando-se para um lugar com características diferentes do que estavam acostumados, eles teriam que recriar suas estratégias de sobrevivência.

A mudança estava prevista para acontecer entre os dias 05 e 25 de outubro. Segundo os planos do governo estadual, a mudança seria gradativa, organizada por ruas. Cada rua se mudaria em um dia diferente. O governo cedeu caminhões que transportariam os pertences das famílias da Cachoeira até o Glória. Como não havia acesso à automóveis dentro da favela, as pessoas tinham que subir as ladeiras com seus bens carregando-os com as próprias mãos. Era a última vez que subiam aqueles degraus, que andariam pelas trilhas estreitas abertas à foice. Era a ultima vez que chegariam ofegantes de cansaço. Seus pés, a partir daquele dia, andariam por outros caminhos, bem menos íngremes. Colocados os pertences no caminhão, eram transportados até o Glória. Lá, havia a equipe da Cehap para receber as famílias, entregar-lhes as chaves e os documentos de sua casa nova. Enquanto o sonho se concretizava, as casas da favela iam sendo demolidas pela defesa civil e corpo de bombeiros. Tal medida evitava que as pessoas voltassem a ocupar a favela.

Quase tudo ocorreu como esperado pela administração pública. Quase tudo, exceto a gradação das mudanças. A ansiedade e as burlas dos moradores aceleraram o processo. O que havia sido calculado para ocorrer em vinte dias, foi significativamente antecipado. Cada morador mantém vivas suas lembranças sobre aquele dia. Cada um nos conta sua versão de como foi a dinâmica da mudança.

Segundo Juciléia,

> A mudança era pra ser bem organizada. Começou por rua, entendeu? Só que o povo parece que ficou com medo de não sobrar casa, aí ninguém queria esperar a rua se mudar pra chegar o dia da outra rua. Aí foi todo mundo de uma vez, sem chave sem nada, tudo indo pras casas. Aí tiveram que ir atrás do povo pra saber qual era sua casa, pra entregar a chave. E as casas que ficou na Cachoeira era você saindo e eles derrubando.

Bino nos diz que

> Todo mundo queria chegar no Glória de uma vez, mas os carros e os trabalhadores eram poucos pro tamanho da ansiedade. A ansiedade era tão grande, o povo com medo de ficar, que na véspera de terminar a mudança

> cortaram a energia. Um próprio morador cortou os fios de luz pra apressar a saída. E cortaram a água geral, lá em cima. Não tinha água na Cachoeira geral. Pra você ver, foi tão engraçado, ainda quiseram dar uma pisa no morador. Porque não era pra ele ter feito isso. Nós saímos de lá com o carro da Celb rapaz... era pra ser bem arrumadinho, uma rua depois outra rua, mas foi uma agonia visse, o povo com medo de não ir. É tanto que as casas mais boas saíam por último. As casas mais ruins eram as primeiras a sair. Mas teve gente que tomou a vez.

Todos os entrevistados se mostraram satisfeitos com a casa que receberam e com os equipamentos urbanos oferecidos pelo bairro. Alguns desses equipamentos são o posto de polícia comunitária, posto de saúde, posto de entrega do programa do leite, igrejas, transporte coletivo, coleta de lixo, orelhões, escola, entre outros.

Segundo a jovem Juciléia dos Santos

> É uma bênção, visse, morar no Glória! Porque aqui no Glória o acesso da polícia é bem mais fácil, eles estão sempre passando nas ruas, não tem ladeira, tem as coisas tudo bem organizadinho, que nem um bairro normal das outras pessoas, entendeu? Coisas que a gente não tinha na Cachoeira a gente tem aqui. A gente se sente mais seguras hoje aqui. Muito mais. Quando tá chovendo, a gente todo mundo se lembra, ah meu Deus, pode chover o dia todinho que não tem nada. Lá na Cachoeira a gente rezava pra não chover, o povo pedia pra não chover, “ah meu Deus, já começou a chuva...”. Hoje a gente sobe lá pra cima com o lençolzinho e diz “oh coisa boa, oh chuva boa meu deus!” A coisa mais boa do mundo! E não tem mais o sofrimento de tá enxugando lama, aparando com as panelas. Morar aqui é bom que tem a rua, tem calçamento, entendeu? Não tem perigo de Wesley tá andando de bicicleta. Ele aprendeu a andar de bicicleta. Se ele tivesse crescido lá não tinha como ele aprender a andar de bicicleta porque não tinha como eu subir aquela ladeira pra botar ele pra andar lá em cima. E aqui ele aprendeu bem dizer na calçada de casa. Tem essa parte aí de ser uma rua, não ser uma loca. Porque onde a gente morava era uma loca mesmo, uma ladeira, uma loca, parecia uma caverna. Tem a parte boa também que é de ter água e energia. Na Cachoeira era tudo eninhado, podia ter curto circuito, aqui é tudo bem organizadinho, cada qual com a sua.

Pensando os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização pelos quais passaram aquelas pessoas, percebemos que os novos espaços, bem como outrora os antigos, passam por experiências individuais e coletivas, nas quais às ruas, às praças, aos percursos são impressos uma série de lembranças, experiências e memórias.

Cidadãos agora se apropriam da dignidade que lhes fora usurpada durante tantos anos de vivência na favela. Agora tinham acesso aos bens públicos, aos equipamentos urbanos modernos. Eram melhor tratados pela polícia e pela sociedade

civil. Através de sua luta conquistaram visibilidade. Foram às ruas, chamaram atenção, se expuseram à dificuldades e humilhações, mas aprenderam a questionar a reivindicar, inclusive usando os meios de comunicação como rádio e televisão. Hoje, se sentem ricas não apenas por terem um chuveiro e uma pia ("*Hoje eu to rica, rica. Tem banheiro, tem chuvisco, tem lavanderia tem pia de lavar prato, tem... Ave Maria, eu vivo no céu*[17]") em casa, mas por terem segurança, tranquilidade e dignidade.

Ao mudar para o Glória, foi percebida uma série de relações e de ressignificações que o transformaram não apenas em local de moradia, mas de reconhecimento. Esse reconhecimento só se torna possível em um bairro ou loteamento, segundo Tereza Pires do Rio Caldeira (2011), porque "a vida cotidiana está baseada em uma espécie de convenção coletiva".

Trajetórias pessoais, coletivas e a dinâmica das transformações urbanas se misturam, entrecruzam-se. A cidade se (re)forma em outro espaço de vida. Tomando de empréstimo as palavras de Regina Beatriz Guimarães Neto (2006):

> Parece-me fundamental tornar visível o lugar de transformação de um espaço geográfico e cultural em objeto de operação de práticas narrativas, produzindo a memória histórica. Essa elaboração se realiza através do gesto da escrita, capaz de produzir o texto que se apresenta com autoridade para compreender o passado.

Das depreensões.

A Favela da Cachoeira não mais existe enquanto um espaço construído concretamente, enquanto lugar habitado. As casas foram todas derrubadas no ato da mudança e o mato, que antes devia ser constantemente podado, pode crescer livremente por sobre as encostas. Do alto da entrada da favela não se veem mais as escadarias, não se distingue mais as demarcações dos terrenos nem as ladeiras por onde os moleques desciam correndo como habilidosos equilibristas. Mas estão lá ainda o córrego que originou o nome da favela, estão lá as bananeiras que Dona Floripa deixou para trás, estão lá as ervas com que Dona Macária e outras mulheres idosas faziam chás e curavam doenças de meninos e de adultos. A Favela da Cachoeira construída subjetivamente continua lá, junto com a história da cidade, junto com a história de 2.336 habitantes, inscrita em sua memória.

[17] Fala da senhora Maria Alexandrina da Silva, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=ONa2mSUZp68&feature=player_embedded , acessado em outubro de 2012.

As famílias que hoje habitam o loteamento Glória, mantém na memória a Favela da Cachoeira que construíram para si, suas vivências na favela, e mantém uma relação de afetividade de maior ou menor grau com as memórias que guardam.

A história da Favela da Cachoeira, não é só uma história da cidade de Campina Grande, não é só uma história política, não é só uma história possível de ser legitimada academicamente. Seu valor não está apenas aí. A história da Cachoeira é principalmente a história de sonhos construídos, realizados, refeitos. É a história de trajetórias de quem migrou, de quem foi abandonado, esquecido, de quem amou, de quem pariu, de quem passou fome, de quem apanhou, de quem trabalhou, de quem lutou, de quem riu, de quem jogou bola, de quem perdeu, de quem sofreu, de quem buscou, de quem conseguiu ou não aquilo que procurava.

Enfim, acreditamos que à medida em que levantamos questões sobre como pensar a cidade, a historicidade dos sujeitos, as práticas cotidianas dos moradores da Favela da Cachoeira, as condições de vida, aspectos sociais dos moradores da comunidade, quais forças e interesses se relacionavam quando da elaboração do processo de transição para o Bairro da Glória, sobre o papel ou o lugar dos populares nessa conquista enquanto produtores de uma cultura e agentes que militavam em prol de medidas eficientes de melhoria das condições de vida da comunidade, estamos contribuindo não apenas com os debates que vem sendo realizados na academia que versam sobre as relações e conflitos sociais, sobre o cotidiano, sobre as reformas urbanas e as tramas políticas e econômicas que estão atreladas. Mas acreditamos que essas questões que coloco em debate sejam relevantes para se pensar a construção histórica de nossa cidade e do nosso povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Mateus Augusto. A politica nacional de habitação e a produção do espaço urbano: O conjunto Glória em Campina Grande - PB.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba. 2010.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A Política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre; *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERNANDES, Silvana Torquato. Progresso e modernização em Campina Grande: Da época de ouro do algodão até a consolidação do setor educacional. In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.). Cidades *(Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCG, 2010.

GONÇALVES, Teresina. A cidade como palco da urbanidade. In. *Cidade e meio ambiente: estudos interdisciplinares.* Coordenação: Teresinha Maria Gonçalves, Robson dos Santos. Criciúma, SC: ED. Unesc, 2010.

GUIMARÂES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlini&Caniato; EdUFMT, 2006.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Fortaleza Estampada na Imprensa e na Literatura. In.:*Populares na Cidade, vivências de trabalho e lazer*. Antônio Clarindo Barbosa de Souza (Org.) João Pessoa: Ideia, 2011.

KOWARICK, Lucio. Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho. In: *Cidade: Usos e abusos*. KOWARICK, Lucio (org.) São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Território de Confrontos: Campina Grande (1920-1945*)*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

SOUSA, José Alves de. Experiência de Trabalho Social em Favela: Favela da Cachoeira – Campina Grande, Paraíba*.* Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba . Campina Grande, 1990.

FONTES CONSULTADAS

ACERVO DO JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA
CEHAP. *Relatório de Trabalho Técnico Social de Reassentamento da População Beneficiária da Favela da Cachoeira*, 2007.
SUDENE – DPG – PSU – PCDU *Legislação do uso do solo e meio ambiente urbano.* Seminário Processos Urbanos e Meio Ambiente, Recife, 8 a 12 de junho de 1987. Recife.
DEFESA CIVIL. Relatório de Ocorrências de Chuvas em Campina Grande no período de fevereiro a agosto de 2000. Campina Grande, PB.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Angelita dos Santos Nunes, entrevista concedida em 23/08/2011.

Daniela dos Santos Nunes, entrevista concedida em 23/ 08/ 2011.
Elenilda Francisca dos Santos Silva, entrevista concedida em 24/ 08/ 2011.
Floripa Martins da Silva, entrevista concedida em 03/03/2012.
José Leonardo da Silva, entrevista concedida em 24/ 08/ 2011.
José Martins de Paiva, entrevista concedida em 10/ 09/ 2011.
Juciléia dos Santos Nunes, entrevista concedida em 23/ 08/ 2011.
Macária dos Santos, entrevista concedida em 03/03/2012.
Pedro José da Silva, entrevista concedida em 24/ 08/ 2011.
Severino da Silva Nunes, entrevista concedida em 23/08/2011.

Recebido: 11/03/2015
Aprovado: 07/07/2015